

**EDcl nos EDcl no AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº
1.512.781 - DF (2019/0157262-1)**

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
EMBARGANTE : SEBASTIAO MORAES DA CUNHA
ADVOGADO : JULIANA ZAPPALÁ PORCARO BISOL - DF013801
**EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS**

EMENTA

PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. APROPRIAÇÃO INDÉBITA NO EXERCÍCIO DE OFÍCIO, EMPREGO OU PROFISSÃO (ART. 168, §1º, III, DO CP). DOLO NA CONDUTA. INOVAÇÃO RECURSAL. CONFISSÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 545/STJ. AUSÊNCIA DE VÍCIOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração têm a finalidade simples e única de completar, aclarar ou corrigir uma decisão ambígua, omissa, obscura ou contraditória, conforme dispõe o art. 619 do CPP.

2. A tese acerca da ocorrência de omissão na análise da ausência de dolo na conduta do envolvido só fora suscitada nestes segundos embargos de declaração, caracterizando inovação recursal, sendo inviável a análise pretendida.

3. Esta Corte Superior, ao analisar a questão, posicionou-se de forma clara, adequada e suficiente ao concluir que o Tribunal *a quo*, apesar de reconhecer a existência da confissão qualificada, decidiu pela sua não incidência, tendo em vista que não fora utilizada para a formação do convencimento do julgador, o que se encontra no mesmo sentido da Súmula n. 545/STJ.

4. Por meio dos aclaratórios, é nítida a pretensão da parte embargante em provocar o re julgamento da causa, situação que, na inexistência das hipóteses previstas no art. 619 do CPP, não é compatível com o recurso protocolado.

5. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos. Os Srs. Ministros Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik e Jorge Mussi votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Felix Fischer.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

